



Gestantes e mães condenadas podem ter prisão domiciliar

Aprovado ontem no Senado, texto que vai à Câmara beneficia com a progressão grávidas, mulheres com filhos de até 12 anos e responsáveis por crianças com deficiência

Jefferson Rudy/Agência Senado



No Plenário, a autora, Simone Tebet, afirma que a certidão de nascimento é uma sentença para filhos de mães presas

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que permite a gestantes, mães de crianças de até 12 anos e responsáveis por pessoas com deficiência trocar a prisão preventiva por prisão domiciliar. O texto, que segue para a Câmara dos Deputados, também beneficia

mulheres já condenadas e presas nessas condições.

Autora da proposta, a senadora Simone Tebet afirma que separar o filho é prejudicial para a criança e a presença dela na prisão significaria condenar um inocente. A medida, se aprovada, valerá assim que a lei for sancionada. **3**

Centenário do Dia das Mães é homenageado em sessão solene do Congresso Nacional **2**

Plenário confirma recondução de diretor da Antaq **6**

TCU vê risco em mudança na lei de telecomunicação **4**

Comissão aprova MP do Estatuto da Metrópole **7**

CPI dos Maus-Tratos vai ouvir técnico de ginástica **8**

Debate: assentado quer estrutura para ficar no campo **6**



Encartado nesta edição, especial sobre os 10 anos da versão em braille do jornal

Ministro entrega anteprojeto de combate ao crime

O ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes entregou ontem aos presidentes do Senado, Eunício Oliveira, e

da Câmara, Rodrigo Maia, anteprojeto que aumenta o rigor no combate ao crime organizado, relacionado ao tráfico de armas e drogas e

à organização de milícias. Moraes presidiu comissão de juristas criada por Maia em outubro para elaborar uma proposta sobre o assunto. **3**



Eunício Oliveira, Rodrigo Maia e Alexandre de Moraes em reunião para entrega de proposta contra crime organizado



Armando Monteiro é o relator do projeto sobre benefícios fiscais

Plenário vai avaliar normas para concessão de isenção fiscal

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto que regulamenta a concessão de benefícios tributários. O texto segue para votação em Plenário.

O objetivo do projeto é padronizar as leis de incentivos fiscais e criar mecanismos de controle para avaliar se as renúncias de receitas trazem contrapartidas sociais. Segundo a autora do texto, senadora Lúcia Vânia, tem havido expansão desses benefícios de forma desordenada. **5**

Debate pede condições para trabalho de presos

Os presos em geral não se negam a trabalhar e muitos até gostariam de exercer alguma atividade, mas muitas vezes não o fazem por falta

de condições nas unidades prisionais, disseram ontem participantes de debate na Comissão de Constituição e Justiça. A audiência pública

discutiu o projeto do senador Waldemir Moka que obriga o preso a ressarcir ao Estado as despesas com sua manutenção na prisão. **3**

Segue para sanção MP da compensação ambiental

O Plenário aprovou ontem medida provisória que autoriza o Instituto Chico Mendes a selecionar banco público para gerir um fundo com recursos da compensação ambiental. **3**

Senadores querem ouvir ministro da Educação **8**

Ajuda à importação reduzirá empregos, dizem calçadistas **7**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Lobão (C) ouve representantes do Departamento Penitenciário, do Ministério Público, da OAB e da pasta da Segurança

Congresso homenageia o centenário do Dia das Mães

Criada pela Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul, a data se transformou em festividade nacional em 1932, quando Getúlio Vargas definiu o segundo domingo de maio para a comemoração

O CONGRESSO REALIZOU ontem sessão solene em comemoração aos 100 anos do Dia das Mães no Brasil. A iniciativa foi da senadora Ana Amélia (PP-RS), em conjunto com o deputado Vitor Lippi (PSDB-SP). A Associação Cristã de Moços (ACM) foi homenageada com uma placa em razão de ter implantado a data no Brasil.

A celebração do Dia das Mães foi trazida ao país pelo então secretário-geral da ACM do Rio Grande do Sul, França Long. A primeira celebração ocorreu em 12 de maio de 1918, em Porto Alegre. Aos poucos, a festividade passou a ser divulgada e se consolidou em 1932, quando o então presidente Getúlio Vargas oficializou a data no segundo domingo de maio.

Ana Amélia ressaltou que mães ocupam cargos relevantes nos tribunais superiores, porém ainda há muitos obstáculos ao protagonismo feminino na política, pois a carreira não é uma atividade planejada.



Da tribuna, Marta Suplicy pediu que a escola oriente sobre a maternidade

— Parabéns a todas as mães brasileiras, donas de casa, trabalhadoras, prefeitas, deputadas e senadoras. Obrigada a todos os acemistas por manterem viva a celebração do dia das mães — disse.

Para Wellington Fagundes (PR-MT), ser mãe é um privilégio, mas nunca foi fácil. Em culturas como a nossa, ainda fortemente marcada pelo patriarcado, disse, as mães assumem tripla jornada de trabalho.

Marta Suplicy (PMDB-SP) comentou dados do IBGE de 2015, que mostram um cresci-

mento de 1,1 milhão de famílias compostas por mães solteiras nos últimos dez anos. Para ela, é preciso implantar políticas de educação sexual nas escolas.

Os senadores ressaltaram a importância dos projetos em pauta no Congresso que garantem apoio às mães. Um deles é o PLS 64/2018, de Simone Tebet (PMDB-MS), que permite a progressão de regime a partir do cumprimento de um oitavo da pena, transformando uma decisão do STF — relativa à mães e gestantes em prisão provisória — em norma legal.

Vanessa destaca críticas de juizes à reforma trabalhista

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) relatou sua participação no 19º Congresso Nacional dos Magistrados do Trabalho, em Belo Horizonte. Ela destacou carta aprovada no evento, segundo a qual a reforma trabalhista deve ser aplicada de acordo com a Constituição e convenções internacionais. A carta foi assinada por 17 dos 27 ministros do Tribunal Superior do Trabalho, disse. A senadora criticou a reforma, afirmando que é ilegal e provoca instabilidade jurídica.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ângela diz que cortes de gastos prejudicam acesso à saúde

Ângela Portela (PDT-RR) criticou o teto de gastos públicos, que, disse, limitou investimentos em saúde, além do fechamento de 400 unidades do Programa Farmácia Popular.

A senadora também criticou o projeto que altera a Lei dos Planos de Saúde, criando diferentes faixas de pagamento para idosos e reduzindo multas a operadoras.

— O projeto beneficia as operadoras e prejudica o consumidor — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Leis publicadas liberam créditos suplementares

Foram publicadas em edição extra do *Diário Oficial da União* de segunda-feira três leis que abrem créditos suplementares no Orçamento da União que correspondem a pouco mais de R\$ 6 bilhões. As leis, sancionadas pelo presidente Michel Temer na própria segunda-feira, destinam recursos para ministérios, estados e municípios e para honrar dívidas da Venezuela e de Moçambique avalizadas pelo governo brasileiro.

A Lei 13.657, originária do PLN 3/2018, transfere para estados, Distrito Federal e municípios crédito no valor de quase R\$ 4,5 bilhões. As transferências se referem à compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica, pela exploração de recursos minerais e pela produção de petróleo e gás natural.

Derivada do PLN 5/2018, a Lei 13.658 transfere para cinco ministérios crédito

suplementar de R\$ 439,5 milhões. A maior parte (R\$ 210 milhões) vai para o Ministério da Integração Nacional.

A Lei 13.659 (PLN 8/2018) abre crédito suplementar no valor de R\$ 1,16 bilhão para permitir ao Brasil pagar dívidas da Venezuela e de Moçambique com o banco Credit Suisse e com o BNDES, que foram avalizadas pelo governo brasileiro. O pagamento da dívida venceu ontem e, segundo Temer, é indispensável.

Ferraço defende trânsito em julgado na segunda instância

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) afirmou ontem, em Plenário, que espera a aprovação do PLS 147/2018, que define o trânsito em julgado em matéria penal. Para ele, sua proposta, que está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), constitui medida de segurança jurídica e reforça o combate à impunidade. O texto determina a execução das penas depois de confirmação da sentença em segunda instância. Ferraço disse que hoje nem a Constituição nem a lei ordinária esclarecem o que é trânsito em julgado.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Eduardo Amorim denuncia avanço da pobreza extrema no NE

Eduardo Amorim (PSDB-SE) se disse preocupado com o avanço da pobreza extrema no Nordeste, especialmente no interior. Em discurso em Plenário ontem, ele citou pesquisa publicada no *Valor Econômico* segundo a qual, entre 2016 e 2017, o número de pessoas que vivem em pobreza extrema cresceu 11% na região. Isso significa dizer, de acordo com o senador, que hoje 7,7 milhões de pessoas vivem no Nordeste com menos de US\$ 2, parâmetro do Banco Mundial para classificar a pobreza extrema.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Fazer sala de aula em contêiner mostra improvisado, diz Ivo Cassol

Ivo Cassol (PP-RO) informou que o governador de Rondônia, Daniel Pereira, cancelou o prego eletrônico, de R\$ 6 milhões, para contratar empresa fornecedora de contêineres com o objetivo de improvisar salas de aula. A iniciativa da contratação era do então governador Confúcio Moura, que renunciou ao cargo para concorrer a vaga de senador nas eleições deste ano.

O senador afirmou que improvisar salas de aula em contêineres mostra a falta de sensibilidade e de planejamento do antigo governador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

HÁ 30 ANOS

Constituinte priorizou a função social das propriedades urbanas

Em 9 de maio de 1988, o *Jornal da Constituinte* destacou que a Assembleia aprovara o dispositivo do usucapão nas áreas urbanas, para garantir a posse do terreno de proporções mínimas a quem nele estivesse instalado há cinco anos ou mais. Ainda na questão da reforma urbana, foi adotada uma emenda objetivando coibir a especulação imobiliária, por meio da pressão tributária sobre terrenos urbanos não edificados, não utilizados ou subutilizados.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte46>

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos feitos na tribuna do Senado após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

CAS Exames de vista e audição
9h Na pauta de 12 itens, o PLC 104/2015, que exige a realização de exame de vista e audição nos alunos do ensino fundamental.

CDR Zona Franca Verde
9h Entre os 10 itens da pauta, o PLS 68/2016, que amplia benefícios tributários à Zona Franca Verde.

CI Isenção de pedágio
9h Audiência para discutir o PLC 8/2013, que garante isenção de pedágio para quem mora perto de praça da cobrança.

CE Agricultura familiar
9h30 Audiência para discutir o PLC 4/2017, que institui a Semana da Agricultura Familiar. Entre os convidados, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi.

MP 814/2017 Eletrobras
9h30 Análise de relatório da MP sobre a privatização da Eletrobras.

CCJ Susp
10h Entre os 21 itens da pauta, o PLC 19/2018, que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

CPI CARTÕES DE CRÉDITO Audiência
10h15 Debate com organizações de consumidores e lojistas.

CTFC Combate ao fumo
11h Entre cinco itens, o PLS 769/2015, que amplia combate ao fumo.

SESSÃO ESPECIAL Eleições
11h Sessão temática para discutir "A paz no processo eleitoral".

CDH Crianças com deficiência
11h30 Na pauta de 18 itens, o PLS 382/2011, que obriga shoppings a terem cota de brinquedos para crianças com deficiência.

PLENÁRIO Tarifas de concessionárias
14h Entre os 5 projetos da pauta, o PLC 166/2017, que obriga concessionárias e prestadoras de serviços a divulgar evolução de tarifas.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Debate
14h30 Discussão sobre a guarda compartilhada frente à violência doméstica.

CÓDIGO COMERCIAL Audiência
14h30 Audiência para discutir consideração de personalidade jurídica e outros temas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Senado aprova prisão domiciliar para gestantes e mães condenadas

Projeto, que vai à Câmara, beneficia com a progressão mulheres com filhos de até 12 anos ou responsáveis por crianças com deficiência

GESTANTES, MÃES DE crianças de até 12 anos ou responsáveis por pessoas com deficiência poderão trocar a prisão preventiva por prisão domiciliar. É o que estabelece projeto aprovado ontem no Senado. O PLS 64/2018, que segue para a Câmara, também permite que mulheres já condenadas e presas nessas condições passem imediatamente à progressão de pena.

O projeto torna lei uma decisão de 2016 do Supremo Tribunal Federal que permitiu a troca da prisão preventiva pela domiciliar para grávidas e mães de crianças de até 12 anos ou de crianças com deficiência.

A autora, Simone Tebet (PMDB-MS), ressalta que a separação dos filhos é bastante prejudicial para a criança, e a presença dela na prisão é “a condenação de inocente”.

— Resolvi apresentar este projeto depois que tomei conhecimento das condições em que vivem e morrem as mulheres encarceradas e seus filhos. O vir à luz é sair do ventre materno acolhedor para o mundo da escuridão, das celas



Jefferson Ruy/Agência Senado

Para Simone, manter a criança com a mãe na prisão é condenar inocente

imundas, frias e inóspitas. A certidão de nascimento é uma sentença — criticou.

Progressão

O projeto permite que as mulheres gestantes e as que já são mães de crianças possam ser beneficiadas com a progressão da pena após o cumprimento de um oitavo, ou 12,5%, da pena — desde que sejam réis primárias, não integrem organização criminosa e não tenham praticado crime contra os próprios filhos.

Atualmente, essas mulheres recebem o mesmo tratamento

que os demais presos e só recebem a progressão após cumprimento de um sexto da pena, em caso de crime comum, ou dois quintos da pena para crimes hediondos.

Simone ressaltou que mais de 60% da população carcerária feminina responde por tráfico de drogas — crime considerado hediondo. No entanto, segundo a senadora, essas mulheres não representam perigo: é comum que elas sejam condenadas por posse de pequenas quantidades de drogas, ao serem usadas por seus companheiros.

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o projeto foi aprovado em caráter terminativo, mas houve recurso para a análise no Plenário. Relator na CCJ, Antonio Anastasia (PSDB-MG) disse que o fim do tempo mínimo para progressão de pena é importante para “promover o bem-estar da criança e da pessoa deficiente cuja mãe ou responsável esteja presa”.

Pauta feminina

A proposta integra a chamada pauta feminina, um conjunto de projetos analisados no Senado com temas de interesse das mulheres. Entre as propostas da pauta, estão o PLS 308/2016, que dá prazo de cinco dias para hospitais notificarem casos de violência, o PLS 233/2013, que garante reserva de vagas no Sistema S a vítimas de violência, o PLS 119/2015, que dispõe sobre o uso de um botão do pânico por mulheres ameaçadas, o PLS 197/2014, que facilita a aplicação de medidas protetivas, e o PLS 328/2013, que obriga a realização de audiência prévia para soltura de agressores.

MP que cria fundo para compensação ambiental segue para sanção

O Plenário aprovou ontem a medida provisória que autoriza o Instituto Chico Mendes (ICMBio) a selecionar, sem licitação, um banco público para criar e gerir um fundo formado pelos recursos arrecadados com a compensação ambiental. O fundo financiará unidades federais de conservação, como parques nacionais, reservas biológicas e áreas de proteção ambiental (APAs). Aprovada na forma de um projeto de lei de conversão (PLV 5/2018), a proposta segue para a sanção presidencial.

A compensação ambiental é paga pelos responsáveis por empreendimentos com significativo impacto ambiental, como a construção de fábricas ou hidrelétricas. Equivalente

a um percentual do valor do empreendimento, a quantia é usada para criar ou administrar unidades de conservação.

Relator da MP 809/2017, Jorge Viana (PT-AC) fez várias alterações. Uma delas é a permissão para que serviços, áreas ou instalações de unidades de conservação federais sejam concedidas para a exploração de visitação. Na execução dos recursos do fundo, o banco poderá realizar as ações escolhidas pelo órgão de forma direta ou indireta, inclusive por meio de parceria com banco oficial regional. O banco também ficará responsável pelas desapropriações de imóveis privados que estejam em unidades de conservação beneficiadas por recursos do fundo.

Segundo o governo, a mudança resolverá entraves jurídicos apontados pelo Tribunal de Contas da União, que entendeu



Jefferson Ruy/Agência Senado

Relator, Jorge Viana fez várias alterações na medida provisória

não haver previsão legal para pagamento em dinheiro da compensação ambiental.

Viana destacou que, com a MP, a lacuna legal que impede o uso de um importante volume de recursos fica resolvida. Segundo o ICMBio, o fundo permitirá a utilização de cerca de R\$ 1,2 bilhão atualmente represados. Desse total, cerca de R\$ 800 milhões serão destinados à regularização fundiária das unidades de conservação.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) destacou o “trabalho equilibrado” do relator. Para Ferraço, o PLV incorpora pontos estratégicos e avança na missão do ICMBio, dando aos parques a capacidade de trabalhar a pesquisa e o desenvolvimento ligados ao meio ambiente.

Eunício e Maia recebem do STF anteprojeto contra o crime organizado

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes entregou ontem aos presidentes do Senado, Eunício Oliveira, e da Câmara, Rodrigo Maia, um anteprojeto que aumenta o rigor no combate ao crime organizado, relacionado ao tráfico de armas e drogas e à organização de milícias.

Moraes presidiu uma comissão de juristas criada por Maia

em outubro do ano passado para elaborar uma proposta com “medidas investigativas, processuais e de regime de cumprimento de pena”.

— Recebemos uma contribuição importante. O presidente da Câmara e eu vamos criar uma comissão mista no Congresso para construir, dentro dessa proposta, um consenso — disse Eunício Oliveira.

O presidente do Senado acrescentou que os deputados e senadores da comissão vão se debruçar sobre as propostas e debater possíveis alterações necessárias, com a realização de audiências públicas.

Já o presidente da Câmara afirmou que um projeto com as contribuições levadas por Alexandre de Moraes poderá estar pronto para ser votado

no Plenário daquela Casa em 30 ou 40 dias.

Para Maia, as sugestões podem modernizar e endurecer a legislação sobre esses tipos de crimes e também diferenciar de forma mais justa crimes mais e menos graves.

— O anteprojeto do STF é uma base importante para debate no Congresso — afirmou Rodrigo Maia.

RÁPIDAS

EMBAIXADOR NO REINO UNIDO É APROVADO PELO PLENÁRIO

O Senado aprovou ontem a indicação do diplomata Claudio Frederico de Matos Arruda para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino Unido. Foram 51 votos a favor, 2 contrários e 1 abstenção. Sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) em abril, o diplomata disse que uma das suas prioridades será finalizar acordos comerciais, como o que evita a bitributação em negócios com o Reino Unido.

Formado em economia pela Universidade de Brasília, Arruda já desempenhou as funções de chefe do Cerimonial da Presidência do Senado (1997-2001) e assessor técnico da Presidência da Câmara (2009-2010). Desde 2016, é assessor-chefe da Assessoria Especial do Presidente da República.

CÁSSIO COBRA COMPRA DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) fez um apelo ao Ministério da Saúde, para que tome providências para aquisição de medicação de alto custo, sob risco de mais pacientes morrerem por falta de tratamento. Ele citou o caso de Patrick Pires, gaúcho que vive na Paraíba, portador de mucopolissacaridose (MPS), doença rara, e que está sem medicação há três semanas.

O senador disse que sempre que entra em contato com o ministério, as respostas são incompletas devido a uma licitação que não é finalizada.

— Não é possível que não se tome uma providência, não apenas em relação ao caso de Patrick, mas dos centenas de brasileiros que estão sem medicação por problema burocrático.

SESSÃO DO CONGRESSO É REAGENDADA PARA 15 DE MAIO

Logo depois de iniciar as votações no Plenário ontem, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que cancelaria a sessão do Congresso marcada para às 15h, para que a Câmara dos Deputados possa avançar em sua pauta de votações.

— Inclusive matérias que já foram votadas no Senado e que estão pendentes de votação na Câmara — explicou. Uma nova reunião foi marcada para o dia 15. Na pauta de votações do Congresso, estão dois projetos de lei e um de resolução. O PLN 6/2018 modifica a Lei Orçamentária Anual e prevê a criação de 231 cargos e funções. Para complementar esse projeto, o governo enviou o PLN 7/2018, com ajustes na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Já o PRN 3/2017 cria a Jornada Nacional de Controle Externo.

COMITIVA DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS VISITA SENADO

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem uma comitiva dos Emirados Árabes Unidos chefiada pelo vice-ministro e subsecretário do Ministério das Finanças, Younis Haji Al Khoori, acompanhada pela embaixadora do país no Brasil, Hafsa Al Ulama. Eles conversaram sobre as possibilidades de investimentos em infraestrutura no Brasil. A comitiva articula com o governo um acordo tributário bilateral que pode incrementar os negócios. Representantes de dois fundos de investimento árabes — Mubadala Investment Company e Abu Dhabi Investment Authority — também participaram da reunião. Hafsa comunicou que irá ao Ceará para conhecer o estado. Eunício se prontificou a conversar com o governador, Camilo Santana, para recebê-la.

TCU aponta riscos do projeto da Lei Geral de Telecomunicações

Tribunal alerta para desinformação sobre custos e dificuldade para calcular patrimônio da União que ficará com concessionárias

O SECRETÁRIO DE Fiscalização de Infraestrutura de Comunicações do Tribunal de Contas da União (TCU), Ivan André Pacheco Rogedo, alertou ontem os senadores da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), sobre os riscos da aprovação do projeto que altera a Lei Geral de Telecomunicações. Ele explicou que não há informações suficientes para o cálculo do custo da transição entre os modelos de concessão e autorização prevista no texto.

O representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, André Müller Borges, defendeu o PLC 79/2016. Segundo ele, o modelo de concessão é pouco atrativo para as empresas.

— Não haveria interesse comercial na aquisição do direito de ser uma concessionária de telefonia fixa, haja vista o rol de obrigações que acompanha uma concessão. Atualmente, metade do serviço é provida por autorizadas.

Rogedo apontou outro problema no projeto. A proposta mantém em poder das empresas, ao fim das concessões, os bens reversíveis, como prédios e equipamentos que ficaram sob a responsabilidade das empresas após as privatizações. Segundo o representante do TCU, há dificuldade na obtenção dos valores.

— São informações incompletas e imprecisas. Ninguém tem esses números.

As concessionárias estimam que os bens reversíveis somariam R\$ 100 bilhões. Mas, segundo as empresas, a União teria o direito de receber apenas R\$ 17,7 bilhões — descontados fatores como a depreciação dos equipamentos.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) não confirma os valores. O presidente da Anatel, Juarez Quadros do Nascimento, disse que precisaria de pelo menos nove meses para calcular o montante.

Para a representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), Flávia Lefèvre Guimarães,

o projeto em discussão no Senado é inconstitucional.

— Com a privatização, a regra expressa era de que os bens retornariam à União.

Em 2016, o PLC 79/2016 foi aprovado de forma terminativa pela extinta Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional do Senado e remetido para sanção. Mas o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou o retorno do projeto à Casa para votação no Plenário. O atual presidente da CCT, senador Otto Alencar (PSD-BA), foi relator.

— O mais importante é chegar ao número real do valor do patrimônio em bens reversíveis.



Entre Borges e o relator, Flexa Ribeiro, Otto diz que é preciso chegar ao valor do patrimônio

Lopes quer se reunir com comando da intervenção no Rio

Eduardo Lopes (PRB-RJ) afirmou que a população do Rio de Janeiro já está ficando paranoica com a violência. Segundo ele, a intervenção federal na segurança pública não pode se limitar à capital do estado e deve chegar a outras cidades, como Campos dos Goytacazes, Macaé e Cabo Frio.

Ele disse que quer integrar a comissão externa do Senado sobre o tema e se reunir com o comando da intervenção para conhecer os planos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim lamenta atraso na educação do país e pede mais investimento

Paulo Paim (PT-RS) pediu mais investimentos em educação e lamentou a situação do setor, dizendo que o Brasil ainda precisa fazer muito para oferecer ensino de qualidade aos estudantes. Ele citou resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) que colocam os alunos brasileiros nas últimas posições no ranking em provas de matemática e leitura.

O senador também lembrou que falta dinheiro para implementar metas estipuladas no Plano Nacional de Educação.

Adiada votação de compensação de estados pela Lei Kandir

A comissão mista especial da Lei Kandir adiou para terça-feira a votação do relatório de Wellington Fagundes (PR-MT), que propõe anteprojeto para compensar os estados pelos prejuízos gerados pela lei (Lei Complementar 87, de 1996), que trata do imposto dos estados e do Distrito Federal, nas operações relativas à circulação de mercadorias e serviços (ICMS).

Relator da comissão mista especial, o senador apresentou em 3 de maio uma minuta para compensar os estados exportadores. A comissão foi criada em agosto do ano passado, a partir de decisão do Supremo Tribunal Federal, que determinou ao Congresso a aprovação de uma lei complementar para compensar os estados exportadores pelas perdas com a desoneração de ICMS.

Wellington se reuniu ontem com autoridades do Ministério da Fazenda para discutir a proposta. Ele pediu que os governadores pressionem junto à Presidência da República para que

o relatório, apresentado na semana passada, seja votado na comissão, que encerra seus trabalhos na quinta-feira da próxima semana. O senador pediu ainda que projeto não seja vetado pelo presidente Temer, o que tornaria inútil o trabalho da comissão.

— Votação de relatório tem que ser fruto de pressão. Estamos trabalhando há um ano e meio. Já prorrogamos o prazo da comissão e não tivemos manifestação efetiva daquilo que é possível. O governo admitiu correção pelo IPCA, o que não existia, isso já é um grande avanço, mas precisamos mais. Hoje o estado que mais exporta é o que menos recebe proporcionalmente. O prazo para votar é dia 17, mas temos que votar na quarta, 16, enquanto temos quorum — afirmou Wellington.

Uma das normas da Lei Kandir estabelece a isenção do pagamento de ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços. Por esse motivo, a lei

sempre provocou polêmica. Os estados exportadores reclamam da perda de arrecadação devido à isenção do imposto nesses produtos e, anualmente, a cada votação do Orçamento da União, pedem compensações pelas perdas.

Transição

A minuta do projeto apresentado por Wellington, que regulamenta o artigo 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, define que a compensação devida aos governos estaduais e municipais a cada exercício será de R\$ 39 bilhões, corrigidos pelo IPCA.

Deverá ser observado um período de transição de dois anos, entregando-se R\$ 19,5 bilhões em 2019 e R\$ 29,25 bilhões em 2020, corrigidos pelo IPCA.

As perdas de arrecadação acumuladas desde 1996 deverão ser repostas em até 30 anos. Do total de R\$ 39 bilhões, 40% serão rateados segundo coeficientes fixos, e os 60% restantes serão igualmente rateados segundo critérios variáveis.

Membro da comissão mista, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) ressaltou que a situação dos estados e municípios é muito grave, e que há pouca saída para resolver os problemas fiscais das unidades da Federação.

O senador Lasier Martins (PSD-RS) disse que encontrar uma solução para os estados prejudicados com a Lei Kandir, como o Rio Grande do Sul, constitui um drama.

— Esperamos que o governo nos traga uma proposta. Sabemos que não será empolgante — afirmou.

Poder público não pode se omitir sobre deficit habitacional, diz Marta

Marta Suplicy (PMDB-SP) afirmou que o poder público não pode se omitir diante do deficit de moradia, situação ressaltada pelo desabamento de edifício na capital paulista há uma semana. Segundo ela, seis milhões de famílias no Brasil moram em condições precárias, expostas a acidentes e insegurança, o que revela falta de enfrentamento do problema habitacional. Marta recomendou providências para que prédios invadidos se tornem mais seguros, alternativa enquanto o governo não promove a reforma completa dos imóveis.

Lídice da Mata destaca avanços obtidos pela Bahia na área da saúde

Lídice da Mata (PSB-BA) destacou os avanços na saúde da Bahia. Ela registrou participação da cerimônia de assinatura da ordem de serviço para a duplicação da Maternidade João Batista Caribé, subúrbio ferroviário de Salvador. A unidade, que tem 40 leitos, passará a ter 80 e receberá diversos equipamentos.

A senadora destacou também os cuidados às vítimas de câncer de mama.

— Fico muito satisfeita de a Bahia ser o estado em primeiro lugar em cobertura de câncer de mama.



Lasier Martins e o relator, Wellington Fagundes, na comissão mista que discute a Lei Kandir

Normas para incentivos fiscais vão a Plenário

Projeto padroniza leis sobre concessão de benefício tributário e cria mecanismos de controle de forma a avaliar se as renúncias de receita têm trazido contrapartidas sociais

PROPOSTA QUE REGULAMENTA a concessão de benefícios tributários por municípios, estados e União foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O Projeto de Lei do Senado (PLS) 155/2015 — Complementar segue para avaliação dos senadores em Plenário, com pedido de votação em regime de urgência.

O objetivo da autora da proposta, Lúcia Vânia (PSB-GO), é padronizar as leis desses incentivos fiscais e criar mecanismos de controle de forma a avaliar se as renúncias de receitas têm trazido contrapartidas sociais. Segundo ela, tem havido uma expansão desses benefícios de forma desordenada, o que traz riscos à eficiência dos gastos públicos, à funcionalidade do sistema tributário, ao controle das contas públicas e à distribuição da carga tributária entre os contribuintes.

As alterações promovidas pelo projeto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) exigem que a norma que institua qualquer benefício tributário determine os objetivos e metas de política pública a serem alcançados com o incentivo e apresente indicadores que permitam a avaliação dos resultados obtidos. Deve também indicar o órgão gestor do benefício, além da definição

da vigência por período determinado de tempo. A avaliação dos resultados deverá ser feita a cada dois anos.

De acordo com Lúcia Vânia, o projeto de lei visa suprir em parte as lacunas no regramento dos benefícios tributários. Segundo ela, a Secretaria da Receita Federal não oferece esclarecimentos, deixando dúvidas a respeito dos critérios utilizados na discriminação dos benefícios e da metodologia empregada na elaboração das estimativas.

“Em relação aos benefícios tributários em vigor, não existem normas gerais aplicáveis a todos eles, disciplinando limites globais, interação com o orçamento, gestão e monitoramento, bem como mecanismos que abram a possibilidade de revisão ou cancelamento dos gastos, a exemplo de avaliação periódica ou de prazos de validade ou validação”, afirma a senadora no texto.

Emendas

O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), propôs alterações no projeto. Conforme o texto, já com as emendas de Armando, os entes da Federação deverão apresentar relatório anual detalhado com informações sobre os benefícios tributários vigentes, inclusive estimativa de renúncia de receita e resultado da avaliação



Relator, Armando Monteiro afirma que o projeto aprimora a legislação

dos resultados proporcionados pelos benefícios.

Esse relatório anual será apreciado pelo respectivo Poder Legislativo e apresentado, tanto quanto possível, com a mesma classificação e abertura das despesas orçamentárias.

“Assim, espera-se garantir transparência e controle em relação aos custos dos benefícios tributários, de modo que se permita avaliar de forma objetiva se eles alcançaram seus objetivos de política pública de maneira eficiente”, explica o senador.

O relator retirou a previsão de que os benefícios tributários tivessem vigência máxima de até oito anos. Segundo ele, compete aos Poderes Executivo e Legislativo, em cada

caso, avaliar a manutenção ou não do benefício de natureza tributária ou incentivo.

Armando também alterou a definição de benefício tributário. Pela redação sugerida pelo relator, “considera-se benefício de natureza tributária a desoneração legal de tributo, em exceção a sua legislação de referência, de forma subjetiva, com o fim de alcançar objetivos de interesse público, em caráter compensatório ou incentivador”.

Ineficiência

Para o senador, apesar das restrições impostas pelo texto constitucional e pela Lei de Responsabilidade Fiscal à concessão de benefícios tributários, ainda prolifera o

uso de redução de alíquotas ou isenção de tributos em favor de determinados setores ou atividades, sem a necessária avaliação dos custos incorridos nem dos resultados alcançados. Isso termina por levar a um uso ineficiente dos recursos públicos e faz com que muitos desses gastos tributários se sustentem apenas devido à pressão dos setores beneficiados, avaliou Armando.

— O PLS 155/2015 aprimora o arcabouço legal referente à concessão de benefícios tributários, de forma a garantir uma melhor alocação e eficiência dos recursos públicos e insere num contexto de maior responsabilidade fiscal, transparência e compromisso público espelhando-se nas melhores práticas internacionais — defendeu o senador.

Armando também alterou o prazo para a nova legislação entrar em vigor, de 90 dias para um ano, de modo a garantir que os entes federados tenham o tempo para se adequar.

O senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), autor do requerimento para votação do texto em regime de urgência, pediu que a CAE também discuta quais são as melhores ferramentas e metodologias para avaliar a eficiência e o custo-benefício dessas isenções, já que a proposta não os detalha.

Instituição Fiscal defende revisão de benefícios

O Congresso deve rever a política de concessão de benefícios tributários para garantir o reequilíbrio das contas públicas, apontaram ontem representantes da Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI) durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo a IFI, a perda de receitas com benefícios tributários chegou a R\$ 270 bilhões em 2017. Os convidados afirmaram que, de acordo com estimativas da Receita Federal, se todos os projetos em análise na CAE que tratam de desoneração tributária (cerca de 60) fossem aprovados, os cofres públicos perderiam R\$ 667 bilhões até 2020, o equivalente à 3% do produto interno bruto (PIB) entre 2018 e 2020.

O alerta foi feito pelo diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, e pelo analista Josué Pellegrini pouco antes da aprovação pela CAE do PLS 155/2015 — Complementar, que regulamenta a concessão de benefícios tributários. Salto e Pellegrini manifestaram apoio à proposta.



Pellegrini, Salto, Tasso e Garibaldi Alves Filho debatem benefícios tributários

— Com toda a complexidade que há na estimativa dos valores, pode ser que os números estejam superestimados, ainda assim é preciso dar maior clareza e um regramento para esses gastos tributários — disse Salto.

De acordo com Pellegrini, é difícil avaliar se todas as renúncias fiscais trazem ganhos para a economia e contrapartidas para o país.

— Uma das contribuições que o Congresso pode dar é ajustar as normas dos gastos tributários de forma que eles sejam mais passíveis de avaliação — defendeu o analista.

O presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), lembrou

que a comissão aprovou recentemente um projeto de resolução para exigir que qualquer proposta de renúncia seja acompanhada de informações sobre o impacto fiscal e a repercussão financeira para o contribuinte. Ele também chamou a atenção para as propostas que podem aumentar o rombo no orçamento:

— É responsabilidade nossa votar ou não.

Armando Monteiro (PTB-PE) afirmou que é preciso avançar na reforma do sistema tributário:

— Se quisermos criar uma sociedade dinâmica e mais justa precisamos criar um novo regime fiscal.

Comissão vota no dia 22 marco da proteção de dados pessoais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) marcou para o dia 22 a votação do projeto que estabelece regras de proteção de dados pessoais. Na reunião de ontem, o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) leu o relatório favorável ao PLS 330/2013.

— Destacamos a oportunidade e a urgência da aprovação de um marco legal de proteção de dados. É uma necessidade inadiável — afirmou.

A pedido do senador José Serra (PSDB-SP), foi concedida vista coletiva por uma semana. A senadora Lídice da Mata (PSB-BA), no entanto, defendeu mais prazo para a votação.

— É um assunto de extrema importância. Para dar uma contribuição maior, temos que ouvir a sociedade e ter um debate mais intenso — disse Lídice.

Ferraço lembrou que, há três semanas, o Senado fez sessão temática sobre o tema da proteção de dados e não aceitou marcar mais audi-

ências. A proposta tramita na Casa desde 2013, tempo, segundo ele, suficiente para aprofundar o debate sobre o assunto.

O projeto original de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) foi modificado, segundo Ferraço, para convergir com um projeto de lei do Executivo, em tramitação na Câmara (PL 5.276/2016), e com uma nova norma europeia sobre o tema, que entrará em vigor em 25 de maio.

O texto estabelece regras que se aplicam ao tratamento de informações e a direitos e deveres dos gestores e dos titulares. Trata ainda das infrações e penalidades, que podem ser aplicadas até a pessoas jurídicas sediadas no exterior.

Entre os direitos básicos dos titulares dos dados, estão a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem, a indenização por dano material ou moral e a facilitação da defesa de seus direitos em processos judiciais ou administrativos.

Recondução de diretor da Antaq é aprovada no Senado

Depois de passar por sabatina na Comissão de Infraestrutura, o engenheiro Adalberto Tokarski teve sua indicação para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários confirmada ontem pelo Plenário

O SENADO APROVOU ontem a recondução de Adalberto Tokarski para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Foram 48 votos favoráveis, 5 contrários e 1 abstenção. A indicação (MSF 25/2018) havia sido aprovada pela manhã pela Comissão de Infraestrutura (CI).

Engenheiro civil, Tokarski atuou como consultor no setor privado e está na agência desde 2006, primeiro como gerente de Desenvolvimento e Regulação da Navegação Interior. Em 2011, ocupou o cargo de superintendente de Navegação Interior e, em 2014, foi nomeado diretor da agência.

A Antaq é uma autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos

e Aviação Civil. Foi criada pela Lei 10.233, de 2001, com a finalidade de implementar as políticas formuladas pelo governo.

Portos

Ao ser sabatinado na comissão, Tokarski salientou aos senadores a importância dos portos para o transporte de cargas e de produtos para o exterior. Ele informou que, apesar da crise, houve um aumento de mais de 8% na movimentação dos portos brasileiros em 2017, em comparação com 2016.

— Os portos são parte importante no contexto de qualquer nação. Não se pode negar que o desenvolvimento de um país passa, necessariamente, pelos seus meios de transportes, reflete diretamente

na sua economia. E sendo assim, torna-se a logística de movimentação de cargas um instrumento indispensável para que um país possa ser competitivo dentro do mercado globalizado de alta concorrência — declarou.

Tokarski disse que levará ao Ministério dos Transportes uma agenda para facilitar o investimento público e privado na melhoria da infraestrutura portuária e ferroviária.

Já o presidente da CI, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), mencionou o Rio Madeira como hidrovia importante para a Região Norte.

— O Rio Madeira é responsável por boa parte do escoamento da produção para ser exportada. Além dos grãos que vêm através dessa hidrovia, eu diria que 70% do abastecimento da indústria, do atacado e do varejo, também vêm pela hidrovia do Madeira.

O relator da indicação, Acir Gurgacz (PDT-RO), também destacou o papel da hidrovia do Rio Madeira para o escoamento da produção. O senador lembrou que a navegabilidade no rio pode ficar comprometida no período de estiagem se não for feita a dragagem.



Telmário Mota (3º à esq.) coordena debate sobre reforma agrária

Debatedores pedem condições para assentados trabalharem

Em audiência ontem na Comissão de Agricultura (CRA), representantes do governo e de assentados da reforma agrária defenderam regularização de terras e assistência para produzirem com preservação ambiental. O debate foi pedido pelo senador Telmário Mota (PTB-RR).

Segundo a representante do Incra, Thaia Cacciamali, a regularização fundiária e a infraestrutura nos assentamentos contribuem para reduzir os conflitos no campo e para a preservação ambiental. Ela disse que o Incra recebe cada vez menos recursos e defendeu uma agricultura com proteção da floresta.

Também para o presidente da CRA, senador Ivo Cassol (PP-RO), a regularização é importante para os agricultores assentados.

— Não basta só assentar, mas tem que dar o documento para que o agricultor possa ter acesso para comprar um

trator, para comprar uma vaca de leite. Precisa dar condições de estrada, de escola, de posto de saúde.

Agricultura familiar

Ao destacar que a agricultura familiar representa 38% do PIB e emprega quase 75% da mão de obra rural, Telmário defendeu condições para o pequeno agricultor ficar no campo.

A agricultura familiar produz mais de 70% da alimentação do brasileiro, enquanto os grandes agropecuaristas produzem para exportar, explicou o Secretário de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Jefferson Coriteac. Ele defendeu a participação de todos os envolvidos na resolução de conflitos rurais.

— Abrir os diálogos com todos os movimentos sociais. A representação dos agricultores familiares não é feita somente por um único movimento.



Adalberto Tokarski fala na sabatina conduzida por Eduardo Braga

Paulo Paim vai apresentar amanhã o relatório sobre o Estatuto do Trabalho

O relatório do Estatuto do Trabalho será apresentado amanhã na subcomissão temporária criada na Comissão de Direitos Humanos (CDH) para elaborá-lo. O anúncio foi feito ontem pelo senador Paulo Paim (PT-RS), relator da subcomissão, em audiência para discutir o direito processual do trabalho.

Paim afirmou que o Estatuto do Trabalho terá mais de 900 artigos e tem o objetivo de conciliar interesses dos trabalhadores e dos empregadores. Ele disse que pretende ampliar os direitos trabalhistas e que está aberto para receber sugestões.

— Nós vamos ouvir a todos. Porque assim é que é a democracia, saber ouvir o contraditório — afirmou, referindo-se à reforma trabalhista.

Na audiência, senadores

que integram a subcomissão do Estatuto do Trabalho discutiram com promotores, juízes, advogados e sindicalistas as principais mudanças no andamento dos processos

após a reforma trabalhista, em vigor desde novembro. Os debatedores criticaram principalmente os dispositivos que obrigam o trabalhador a pagar as custas do processo se

faltar à audiência e a bancar as despesas com advogados do empregador em caso de derrota na Justiça.

Para a advogada Anjuli Faria, representante da OAB e da Intersindical, os trabalhadores foram prejudicados.

— A reforma trabalhista utilizou vários artifícios para distanciar, para tornar mais difícil, o acesso à Justiça do Trabalho. Então, essa negação do acesso à Justiça vai incentivar ainda mais o descumprimento da legislação — criticou.

O Estatuto do Trabalho será discutido em sessão temática no Plenário, em 28 de maio.



Paim (C) coordena audiência sobre mudanças no direito processual do trabalho após a reforma trabalhista

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Comissão aprova medida provisória que modifica Estatuto da Metrôpole

Texto que segue para os Plenários da Câmara e do Senado dá 7 anos para municípios elaborarem planos de desenvolvimento integrado

A MEDIDA PROVISÓRIA que altera o Estatuto da Metrôpole foi aprovada ontem pela comissão mista encarregada de analisá-la. O texto aprovado pelos senadores e deputados é um projeto de lei de conversão apresentado pelo relator, deputado Fausto Pinato (PP-SP), e segue para os Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

A presidente da comissão mista, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), destacou o esforço dos parlamentares na busca de um acordo para votar a proposta.

— Foi feito um grande trabalho, priorizando a elaboração de um projeto de conversão que seja bom para todos: estados e municípios — disse a senadora.

A MP 818/2018 prorrogou para 31 de dezembro de 2021 o prazo para que 83 regiões



Marta Suplicy, presidente da comissão mista, com o relator, Fausto Pinato

metropolitanas entreguem seus planos de desenvolvimento urbano integrado. Pelo Estatuto da Metrôpole (Lei 13.089/2015), os planos deveriam ser elaborados até janeiro de 2019. O relator aumenta o prazo, dando aos municípios sete anos para elaborar os planos de desenvolvimento.

Ao editar a MP, o governo argumentou que até o momento não há plano elaborado de acordo com os requisitos exigidos pelo Estatuto da Metrôpole, sendo que apenas 7 regiões metropolitanas, das 20 mais importantes do país, iniciaram a elaboração desse planejamento. O relator manteve esse

ponto da medida provisória, mas retirou a possibilidade de responsabilização por improbidade administrativa dos governadores que deixarem de aprovar os planos.

De acordo com o governo, um dos itens mais importantes da MP 818 é a criação das governanças participativas dos governos estaduais e municipais, para poderem discutir em conjunto, de igual para igual, temas como transporte público, saneamento, segurança e coleta de lixo.

O texto de Fausto Pinato foi aprovado com o voto contrário do deputado Paulo Teixeira (PT-SP).

— Como não consegui ler todo o texto final dos acordos [entre parlamentares da base do governo e de oposição], vou registrar meu voto contrário apenas para me resguardar — explicou o parlamentar.

Calçadistas temem que ajuda a importação provoque desemprego

Durante audiência pública promovida ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), representantes da indústria e de trabalhadores do setor calçadista se uniram contra a redução de 10% do imposto de importação sobre calçados esportivos, feitos de tecido. A redução está sendo discutida pelo governo federal.

Se aprovado, o benefício fiscal solicitado pelos importadores valerá por um ano.

Representantes dos trabalhadores dizem que a redução provocará uma onda de desemprego. Para o representante da confederação dos trabalhadores no setor Rogério Jorge Aquino, os maiores prejudicados serão as pessoas que

buscam o primeiro emprego.

Integrante do Sindicato da Indústria de Calçados de Parobé (RS), Pedro Grendene Bartelle, teme que a redução provoque o corte de empregos.

O presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, Heitor Klein, disse que o setor é responsável por 285 mil empregos diretos e mais de 2 milhões indiretos. As exportações brasileiras chegam a R\$ 3,5 bilhões e se destinam a mais de 150 países.

— Nossa competitividade pode ser prejudicada. O pleito dos importadores está ameaçando a indústria nacional e exige um posicionamento forte por parte de quem tem o comando do país para que seja alcançada a almejada meta dos US\$ 3 bilhões em exportações.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) advertiu que o tema é delicado e reconheceu que os maiores prejudicados podem ser os trabalhadores, com a redução de emprego.

A presidente da Associação pela Indústria e Comércio Esportivo, Marina Carvalho, explicou que os importadores reivindicam a redução da alíquota para ganhar competitividade no mercado interno e alavancar as vendas, que caíram 28% desde 2014.

De acordo com a secretária-executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Marcela Carvalho, a complexidade do assunto não permite antecipar uma decisão porque não existe consenso. A Camex, informou, deve tomar uma decisão sobre a redução da taxa em junho.



Para Ana Amélia (2ª à esq.), trabalhadores podem ser prejudicados

Comissão mista deve votar hoje medida provisória da Eletrobras

Foi adiada mais uma vez a votação do relatório da medida provisória que permite a privatização da Eletrobras e reestrutura o setor elétrico da Região Norte. A MP 814/2017 está sendo analisada em comissão mista do Congresso. O adiamento da votação se deu em razão do início da ordem do dia no Plenário. A reunião será retomada na manhã de hoje.

A MP exclui da lei que trata da comercialização de energia elétrica o artigo que retirava a Eletrobras e suas controladas

do Programa Nacional de Desestatização (PND). A votação gera polêmica devido às mudanças feitas pelo relator, deputado Julio Lopes (PP-RJ). Enquanto a MP editada pelo governo tem quatro artigos, o texto sugerido pelo relator tem 28 artigos e trata de outras mudanças no setor elétrico, que não constam na MP.

Parlamentares afirmaram precisar de tempo para ler o novo relatório, apresentado por Lopes ontem sob a forma de complementação de voto.

Processos de registros de patentes verdes poderão ter prioridade

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem proposta que dá preferência ao exame de pedidos de registro de tecnologias limpas e sustentáveis, conhecidas como patentes verdes. O PLS 158/2012, de Ciro Nogueira (PP-PI), segue para a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

As patentes verdes são as que promovem o uso racional dos recursos ambientais — por exemplo, redução do consumo de matérias-primas, de água e de energia elétrica — e tam-

bém as que visem à redução da emissão de gases do efeito estufa, fortalecimento dos sumidouros de carbono, adaptação às mudanças climáticas.

O projeto dá prioridade para os pedidos de registro desse tipo de tecnologia. Um dos objetivos, explicou o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), é incentivar a inovação no setor.

— O sistema de patentes não só protege e incentiva a criação, mas também permite ao inventor demonstrar a viabilidade e o retorno do investimento.

Fátima Bezerra critica tentativa do governo de vender estatal

O governo federal quer privatizar a Eletrobras e entregar a estatal “a preço de banana”, disse Fátima Bezerra (PT-RN). Ao destacar a importância estratégica da empresa, a senadora disse que a tentativa de venda é “um despropósito do governo, em meio a tantas denúncias de corrupção, e sem abrir a proposta para o debate”.

— Quando falamos da Eletrobras, estamos falando da maior empresa de geração de energia elétrica brasileira, com capacidade geradora equivalente a cerca de um terço do total da capacidade instalada do país.

— Quando falamos da Eletrobras, estamos falando da maior empresa de geração de energia elétrica brasileira, com capacidade geradora equivalente a cerca de um terço do total da capacidade instalada do país.

Congresso não reage às injustiças do sistema financeiro, diz Requião

Apesar de ter despertado o interesse para o tema da reforma tributária, o Congresso se mantém indiferente às iniquidades do sistema financeiro no Brasil, afirmou Roberto Requião (PMDB-PR). Ele disse que os juros pagos aos títulos da dívida pública, cerca de R\$ 550 bilhões em 2017, são uma fonte de concentração de renda e riqueza e representam uma “expropriação abusiva da esmagadora maioria da sociedade”.

O senador informou que formula um projeto para reduzir o IR nas receitas mais baixas da população e propor compensação de tributação sobre lucros do capital financeiro.

Para Valadares, novo regime fiscal prejudica Legislativo e Judiciário

Para Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o novo regime fiscal adotado pelo governo está prejudicando os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

— Esses órgãos não são responsáveis pelas questões econômicas nem pelas decisões que impactam a arrecadação do país. Mesmo assim, sofrem as consequências das políticas conduzidas pelo Executivo.

Segundo o senador, a política de teto de gastos cortou a possibilidade de o Estado fomentar a economia com investimentos e o mercado não tem conseguido se impulsionar sozinho.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado

Debatedores defendem o trabalho de presos

Participantes de audiência afirmaram que há interesse de quem está encarcerado por realizar uma atividade, mas faltam condições nos presídios e fiscalização do poder público

CONVIDADOS OUVIDOS PELA Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) informaram que os presos em geral não se negam a trabalhar, mas muitas vezes não o fazem por falta de condições nas unidades prisionais. O assunto foi tema de uma audiência que debateu ontem o PLS 580/2015, de Waldemir Moka (PMDB-MS), que obriga o encarcerado a ressarcir ao Estado as despesas com sua manutenção.

Representante do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, Mara Fregapani disse ser um consenso o trabalho como ferramenta de ressocialização. Ela destacou que há grande interesse dos detentos, seja devido à remuneração, à remissão da pena ou mesmo à redução da ociosidade. Segundo Mara, dos 729 mil presos do país, 74 mil estudam e 96 mil exercem algum tipo de atividade laboral. Na prática, a realidade varia muito de estado para estado. Há experiências fracassadas em todo o país, mas modelos bem-sucedidos, como em Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo e Santa Catarina, por exemplo.

O representante do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), João Vitor Loureiro, chamou a atenção para possíveis consequências do projeto: o que acontecerá com o preso que não tiver condições de pagar e nem oferta de trabalho? Como fiscalizar, monitorar e controlar o pagamento?

O procurador regional do Trabalho Gláucio de Oliveira disse ver com bons olhos o projeto, mas alertou para o fato de haver hoje no país muitos presos sendo explorados, trabalhando de graça em ambientes precários e sem fiscalização do poder público.

— Tenho uma instrução num processo judicial em que um preso trabalhou um ano e meio costurando bolas e não recebeu um centavo. Ou seja, não havia



Edison Lobão (C, à mesa) preside debate sobre projeto que obriga o preso a ressarcir ao Estado as despesas com sua manutenção no cárcere

o controle do Estado sobre qual trabalho estava sendo realizado e como era a remuneração. O Ministério Público incentiva o trabalho prisional, mas é preciso controle — ponderou.

Moka disse que, nos 19 anos em que está no Congresso, nunca viu iniciativa do Executivo de mudar a política penitenciária nacional. E acrescentou que 96% dos participantes de levantamento do DataSenado se mostraram a favor do trabalho do preso. O senador afirmou que o projeto é bem anterior à intervenção federal na segurança pública no Rio de Janeiro e, por isso, não é uma iniciativa oportunista ou eleitoreira.

— O objetivo não é punir o presidiário, mas evitar a ociosidade. Só vai trabalhar o preso que estiver num presídio que lhe dê condições. É óbvio que ele não será punido por não trabalhar se não lhe derem meios para exercer uma atividade — explicou.

Integrante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o promotor Dermeval Gomes Filho destacou que na lei brasileira e em vários documentos internacionais, o trabalho é dever e direito do preso. Ele também lembrou

que o Senado já aprovou em 2017 uma reforma na Lei de Execução Penal, prevendo o trabalho dos encarcerados. O PLS 513/2013 foi enviado à Câmara. O conselheiro disse não concordar com a tese de que há um encarceramento em massa no país, levando-se em conta o número de mandados de prisão por crimes violentos não cumpridos.

— Mesmo se prendermos só por crime violento, o número atual de vagas não é suficiente. Podemos discutir o encarceramento em massa em se tratando do pequeno tráfico ou do número elevado de presos provisórios. Temos vários institutos que possibilitam o magistrado só fixar a pena privativa quando for estritamente necessária. E muitos juízes fazem isso. Mas o grau de violência no país é tremendo.

O representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Raimundo Palmeira de Araújo, informou que, o tema ainda está em discussão pelo Conselho Federal da OAB, que deve apresentar em breve sugestões ao texto.

Já o presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA), prometeu dar prioridade à proposta na comissão.

Sistema prisional

726.712 População prisional estimada no país atualmente (em 1990, eram 90 mil)

55% Jovens entre 18 e 29 anos

64% Negros ou pardos

358.663 Déficit de vagas

292.450 Presos sem condenação

197,4% Taxa de ocupação

95.919 Presos trabalhando no sistema prisional

74.540 Presos estudando no sistema prisional

89% Não têm educação básica

10% Têm ensino médio completo

1% Têm ensino superior completo

SITUAÇÃO DOS PRESOS

40% sem condenação

38% em regime fechado

15% em regime semiaberto

6% em regime aberto

< 1% cumprem medida da segurança

Fonte: Infopen - 2016

Comissão aprova audiência para ouvir ministro da Educação sobre diretrizes

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem a realização, no dia 15, de uma audiência com o ministro da Educação, Rossieli Soares. Estão na pauta as diretrizes e os projetos a serem implementados até o fim do ano, quando se encerra o mandato de Michel Temer na Presidência da República. Lídice da Mata (PSB-BA) e Lúcia Vânia (PSB-GO) são as autoras do pedido da audiência.

Outra audiência a ser realizada pela CE, em 6 de junho, vai debater o desenvolvimento de competências sociais e suas implicações para o mercado de trabalho. A audiência foi proposta por

Marta Suplicy (PMDB-SP), que sugeriu, como base para a discussão, um relatório sobre habilidades para o progresso social divulgado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que recomenda aos gestores na área da educação, professores e pais maior atenção ao desenvolvimento emocional, social e organizacional das crianças e jovens.

— É importante ensinar as crianças e jovens a gerir emoções. Após minuciosa investigação, a OCDE concluiu que os sistemas educacionais precisam perseguir objetivamente uma combinação prática entre saberes e sentimentos. Alunos com boa auto-estima, conscientes de si próprios, determinados, sociáveis com professores e colegas e emocionalmente estáveis tem mais chances de obter bons resultados na escola e posteriormente no mercado de trabalho e na vida social — disse Marta.

Para a audiência, serão convidados a gestora Claudia Costin e os professores Paula Louzano, da Universidade Diego Portales, do Chile, e Naercio Menezes, coordenador do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper).



Lídice foi uma das senadoras que pediram a audiência com o ministro Rossieli Soares

CPI dos Maus-Tratos ouvirá ex-técnico de ginástica artística acusado de abuso

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga maus-tratos contra crianças e adolescentes aprovou ontem a convocação do ex-técnico da seleção brasileira de ginástica artística Fernando Lopes. O ex-técnico foi acusado por mais de 40 ginastas e ex-ginastas de cometer abusos sexuais. Há dois anos o Ministério Público investiga os casos, denunciados pela imprensa há duas semanas.

A tomada do depoimento foi requerida pelo presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES). Segundo ele, o objetivo é esclarecer os fatos, para contribuir com o processo investigativo já iniciado pelo Ministério Público de São Paulo. Para falar sobre o assunto, a CPI convidou também o atleta Diego Hypólito, que já se pronunciou publicamente sobre as acusações.

A CPI também deverá investigar a morte de duas crianças ocorrida em 21 de abril. Joaquim Alves Sales, de 3 anos, e Kauã Sales, de 6, morreram carbonizados em um incêndio, na casa em que moravam, no centro de Linhares (ES). Os senadores aprovaram a oitiva de Georgeval Alves,

padrasto de Kauã e pai de Joaquim, acusado de ter provocado o acidente.

Também foi aprovada uma audiência pública sobre a Lei da Alienação Parental. Magno Malta explicou que a CPI tem recebido inúmeras denúncias de maus-tratos de crianças em virtude da má aplicabilidade da lei.

A CPI aprovou ainda uma diligência em Bariri (SP), cujo prefeito em exercício é acusado de abusar de uma criança, e a convocação de oito pessoas para depor de forma reservada sobre casos sigilosos de violência contra crianças que ainda não foram investigados ou encerrados.



Segundo Malta, a CPI vai contribuir com a investigação sobre abuso na ginástica



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

Dedos que leem: edição feita no sistema criado na França em 1824 leva as principais aprovações do Plenário e das comissões ao Brasil inteiro

Braile: uma década com a informação na ponta dos dedos

Edição em braile do **Jornal do Senado** completa 10 anos promovendo a inclusão de pessoas com deficiência visual de todo o país e chega a mais de 160 instituições

Pedro Pincer

O QUE têm em comum o Gilson, de Manaus, a Maria da Glória, do Rio de Janeiro, e o Everaldo, de Salvador? São algumas das pessoas que fazem parte das 160 instituições de todo o país que recebem mensalmente o **Jornal do Senado** em braile. Os depoimentos deles e de outros usuários demonstram a importância da iniciativa de disponibilizar para a pessoa com deficiência visual um resumo das atividades do Legislativo.

O gerente da Biblioteca Braille do Amazonas, Gilson Mauro Pereira,

lembrou que a instituição foi a primeira do estado a receber a publicação, sendo desde o início uma fonte de informação para os cerca de 120 usuários que o local recebe por mês.

— O Senado está de parabéns! É uma publicação muito bem feita, bem cuidada, que valoriza o leitor. A pessoa com deficiência visual precisa tanto da informação quanto a que tem visão normal. E talvez isso não esteja sendo percebido por outros locais que talvez tivessem essa obrigação.

Assessora da diretoria do tradicional Instituto Benjamin Constant, que se dedica ao ensino de deficientes visuais desde 1854 — quando foi criado com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos —, Maria da Glória Almeida classifica como “espinhosa” a missão de levar notícias para aqueles que não enxergam. Segundo ela, por falta de publicações com esse objetivo, “o grande amigo do deficiente visual é o rádio”. Para Maria da Glória, é uma tarefa para abnegados e a edição em braile do Senado é um sinal de que a inclusão cada vez maior de pessoas com deficiência, permitindo o acesso à informação, começa a entrar no co-

tidiano do país não como “caridade”, diz ela, mas como forma de levar em conta as necessidades de parcela significativa da população, que foi deixada “à margem” por muitos anos.

Versão em áudio

É preciso lembrar daqueles que perderam a visão depois de certa idade e que não têm tanta habilidade para conseguir ler em braile. Essa foi a sugestão do presidente da Associação Baiana de Cegos, Everaldo Neris da Silva. Para ele, caso seja disponibilizada uma versão em áudio da edição em braile, o público aumentaria de forma considerável, visto que poderia atingir também pessoas da terceira idade.

— O idoso muitas vezes não tem nem prática para lidar com o braile. Com o áudio, ele poderia ouvir as notícias com tranquilidade.

O presidente do Centro Cultural Louis Braille, que desde 1969 atende aos deficientes visuais de Campinas (SP), faz coro com o colega baiano.

— Quanto mais gente for beneficiada com o serviço que o Senado oferece, melhor para vocês e especialmente, para nós.



CARLOS LUIS MAC DA CRUZ/CC

O Benjamin Constant, no Rio, educa deficientes visuais desde 1854

Desde 1824, sistema se aperfeiçoa e acompanha a tecnologia

Método foi inspirado nos pontos de relevo usados na comunicação em batalhas. Celulares e computadores tornam acessibilidade cada vez maior

O **BRAILE** é um sistema mundial de escrita e leitura tátil utilizado por pessoas cegas ou com baixa visão. É baseado em 63 símbolos em relevo, que representam letras, números e sinais de pontuação. Cada combinação é formada por seis pontos, dispostos em duas colunas de três. Com o tempo e a necessidade, pequenas adaptações foram realizadas para a criação de grafias específicas para informática, química, matemática e música. A leitura é feita da esquerda para a direita, com o toque de uma ou duas mãos ao mesmo tempo.

Já a escrita requer um pouco mais de técnica. São utilizados dois instrumentos, chamados reglete e punção, além de um papel mais grosso que o comum. O reglete é uma placa de metal com pequenos orifícios, na qual deve ser colocado o papel. As marcações são feitas da direita para a esquerda, levemente, com o punção — uma espécie de agulha com a ponta arredondada. A ideia não é furar o papel e sim marcá-lo. Ao final, deve-se virar a folha para a leitura.

A técnica foi criada pelo francês Louis Braille, em 1824. Ele perdeu a visão aos 3 anos, após um acidente na oficina do pai, e aos 10 foi enviado para estudar no Instituto Real de Jovens Cegos de Paris. Foi lá que conheceu o sistema de comunicação criado por Charles Barbier, baseado

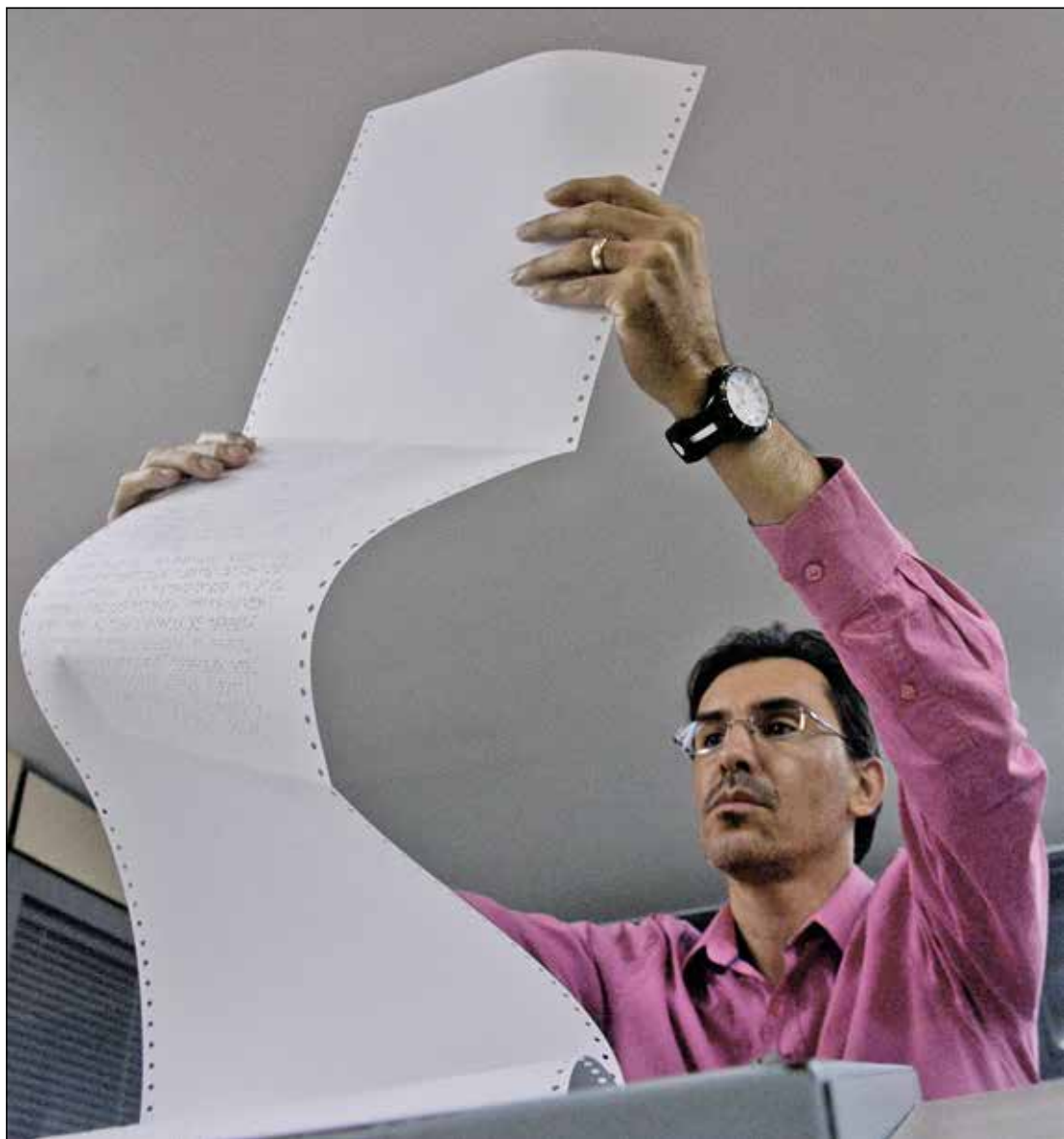
em um método tátil com pontos em relevo, usado nos campos de batalha. Braille passou a estudá-lo com afinco a fim de simplificá-lo, até que, em 1824, com 15 anos, conseguiu criar o sistema como conhecemos hoje.

Modernidade

A tecnologia se tornou essencial na vida de qualquer pessoa, e não poderia ser diferente com os deficientes visuais. Ela promoveu enormes melhorias inclusive na comunicação, proporcionando uma maior autonomia na vida deles.

No caso dos computadores, o uso é possível por meio de softwares de leitura. Esses programas transformam as informações mostradas na tela em áudio. Também existem outros que transcrevem textos em braille para caracteres alfanuméricos. Como não enxergam a seta do mouse, os cegos dão os comandos por meio do teclado, que pode ser o tradicional ou o adaptado, com teclas com o código braille em alto relevo.

Para as pessoas com baixa visão, existe a opção de teclados com caracteres em tamanho ampliado e cores destacadas. Alguns modelos chegam a ser quatro vezes maiores que o tradicional. Já na tela do computador, elas podem utilizar lupas virtuais e aumentar o tamanho das fontes. Também existem a máquina de datilografia



Imprimir em alto relevo, como faz o Serviço de Impressão em Braille do Senado, facilita a vida do deficiente visual



Vera Regina e Daniela Ribeiro durante revisão em braille: serviço também ajuda quem vai fazer concurso público

braille e a impressora que imprime em alto relevo.

Nos celulares também é aplicado um software que tem a mesma função do usado no computador. Na plataforma Android é o Talkback, e no iPhone é o VoiceOver. Outra tecnologia que facilita a vida é a OCR — usada para reconhecer caracteres a partir de um arquivo de imagem. No caso das pessoas cegas, ela é adaptada com voz. Basta passar o equipamento em cima de um texto e ele “lerá” o que tem escrito. O Display Braille, conhecido como Linha Braille, funciona de forma parecida, sendo que o aparelho dá a opção da leitura por meio do tato.



Louis Braille, que ficou cego aos 3 anos, criou o método aos 15, em 1824

Edição em braile mostra um Senado pioneiro e preocupado com a inclusão

Depoimentos de envolvidos no processo de lançamento apontam necessidade de priorizar a pessoa com deficiência

MARINETE, FLORIAN e Garibaldi se recordaram com doses de carinho e nostalgia daquela época. E deram o ponto de vista de quem estava nos bastidores do processo que culminou no lançamento da edição em braile do **Jornal do Senado**. E se o ditado vale, começemos pelas damas.

Chefe do Serviço de Impressão em Braile da Casa, Marinete Pontes Brito se mostrou feliz pelo fato de a publicação estar completando uma década.

— Espero que esse serviço nunca tenha fim e que o **Jornal do Senado**, que é de utilidade pública inegável, mantenha esse serviço por 20, 30 anos.

Ela destacou que as tecnologias lançadas ao longo

do período fizeram com que a qualidade da impressão em braile tivesse uma melhora significativa.

— Quando começamos, tínhamos impressoras de pequeno porte. A primeira imprimia uma média de 120 caracteres por minuto. Com o tempo, compramos um equipamento que fazia 150 por minuto. As atuais, de médio porte, chegam a 300 por minuto — disse Marinete.

Vanguarda

Florian Madruga era diretor da Gráfica em maio de 2008. Ele fez questão de frisar o papel importante que o ex-servidor Paulo Brandão, deficiente visual, teve na implantação do Serviço de Impressão em

Braile, nos idos de 1998.

— Ele veio com a ideia, fiquei um pouco cético no início, mas ele disse que “hoje em dia, com computador, a gente pode tudo. Fomos ao então primeiro-secretário, Ronaldo Cunha Lima, um poeta, sempre dedicado às causas sociais, e ele abriu as portas. Viajamos pelo Brasil para conhecer as máquinas mais modernas para implantar o serviço o mais rápido possível.

Madruga demonstrou satisfação ao saber que aquela incipiente publicação de 2008 completa dez anos este mês.

— Sempre fomos pioneiros. E não foi diferente nesse caso. A inclusão sempre foi algo que priorizamos.



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

Para Marinete, o serviço é de utilidade pública e deve durar “20, 30 anos”

E se hoje o jornal em braile chega a dez anos, posso dizer com orgulho que fomos vanguarda mais uma vez — conta.

Orgulho e alegria

O presidente do Senado quando do lançamento da edição em braile do jornal era Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Ele fez um histórico das medidas que tomou na sua gestão que beneficiaram pessoas com deficiência.

— Quando ocupamos cargos importantes na estrutura de poder, muitas vezes tomamos decisões que desagradam a parte da população. Felizmente, existe o outro lado da moeda. Autorizar a publicação do **Jornal do Senado** em braile foi uma das decisões que tomei, como presidente do Senado, que provocam orgulho e alegria. Dávamos mais um passo na valorização da pessoa com defi-

ciência, pondo em prática as normas que eu aprovava para outros órgão.

Ele fez questão de lembrar que promulgou um documento importante para garantir os direitos das pessoas com deficiência.

— Foi a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência, assinado em Nova York, em março de 2007. O texto reafirma a necessidade de garantir todos os direitos e liberdades fundamentais a essas pessoas. Um dos itens do documento dizia que os países signatários deveriam facilitar o uso de línguas de sinais, braile e todos os formatos acessíveis de comunicação.

O orgulhoso ex-presidente fez questão de parabenizar a equipe:

— Vejo a celebração do décimo aniversário com muita satisfação. Que a data possa ser comemorada por muitos e muitos anos.



Ao lado de Adelmir Santana, Efraim Morais e Eduardo Azeredo, Garibaldi lança a publicação em maio de 2008

País tem quase 30 milhões com problemas de visão

O mês passado foi especialmente importante no processo de conscientização sobre a prevenção contra a cegueira. A campanha Abril Marrom recomenda testes de acuidade para a população e promove palestras de médicos especialistas em diversas áreas da oftalmologia.

O objetivo da campanha é conscientizar sobre as formas de prevenir diversas doenças oculares, reduzir a incidência de problemas visuais, incentivar a população a fazer exames preventivos para a detecção da

deficiência visual e também a participar da defesa da saúde ocular como qualidade de vida.

Organizações médicas, centros hospitalares e governos estão envolvidos, com o intuito de minimizar os graves efeitos provocados pela perda da visão e de se dedicar à conscientização sobre a realidade das pessoas cegas ou com deficiência visual severa.

As doenças caminham silenciosamente e, muitas vezes, as pessoas só procuram o médico quando já perderam parte da vi-

são. Nesse momento, o problema já está em estado avançado e os tratamentos nem sempre recuperam a visão.

Dados do IBGE

No Brasil, segundo o Censo de 2010 do IBGE, há cerca de 530 mil pessoas cegas, cerca de 6,06 milhões de pessoas com baixa visão e aproximadamente 29 milhões de pessoas que declaram possuir alguma dificuldade permanente de enxergar, ainda que com o auxílio de óculos ou lentes.

Segundo a Agência In-

ternacional de Prevenção à Cegueira, em 2015 havia cerca de 253 milhões de pessoas com deficiência visual no mundo, sendo 36 milhões de pessoas cegas.

Os dados mostram que 89% das pessoas com deficiência visual vivem em países em desenvolvimento, que 75% dos casos são evitáveis e que 55% são mulheres.

A população precisa ficar alerta e ter interesse em se cuidar. É preciso procurar o oftalmologista para fazer exames e detectar possíveis doenças. Dia-

béticos, crianças, adultos acima de 40 anos e idosos acima de 60 anos devem ter ainda maior atenção com a visão.

De acordo com a Fundação Dorina Nowill, retinopatia diabética, atrofia do nervo óptico, retinose pigmentar e degeneração macular relacionada à idade são as principais causas da cegueira na população adulta.

Entre as crianças, as principais causas são glaucoma congênito, retinopatia da prematuridade e toxoplasmose ocular congênita.



Paulo Paim, Ciro Nogueira, Ângela Portela, Fernando Bezerra Coelho, Romário e Eduardo Lopes têm propostas em tramitação que podem favorecer as pessoas com deficiência visual

FOTOS: EDILSON RODRIGUES, GERALDO MANGELA E EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

Plenário e comissões analisam textos que beneficiam deficiente visual

Entre os assuntos, a regulação da profissão do revisor em braile e o uso de equipamentos adaptados em bancos

ESTÃO EM tramitação no Senado vários projetos que beneficiam as pessoas com deficiência visual. Um deles regula a situação dos profissionais que elaboram textos ou revisam materiais em braile.

O projeto (PLS 50/2017), em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), define que a produção de textos para fins culturais, educacionais e comerciais deverá ter a participação obrigatória do transcritor e revisor de textos em braile.

A proposta estabelece a formação obrigatória para a profissão: ter completado ao menos o ensino médio e possuir certificado de habilitação expedido por órgãos oficiais ou reconhecidos pelo Ministério da Educação, ou ter exercido a profissão de transcritor ou revisor por, pelo menos, três anos antes da promulgação da lei, desde que aprovado em prova oficial de certificação.

O autor do projeto, Paulo Paim (PT-RS), conta que, ao elaborar o Estatuto da Pessoa com Deficiência e trabalhar com profissionais que transcrevem e revisam em braile, viu a qualidade e a habilidade dessas pessoas. Isso o motivou a elaborar o projeto para valorizar a profissão, que ainda não possui regulamentação.

— A questão de revisor de toda produção em braile merece uma atenção

O que pode ser votado

Contratos de relação de consumo, impressão de panfletos em eleição majoritária, serviços de operadoras de cartão e softwares em bibliotecas também estão na pauta

PROJETO	EMENTA	AUTOR	RELATOR	SITUAÇÃO
PLS 104/2011	Obriga bancos e instalar equipamentos de auto-atendimento adaptados em bancos	Ângela Portela	Romero Jucá	na CCJ
PLS 349/2012	Trata do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual	Ciro Nogueira	Magno Malta	na CDH
PLS 138/2014	Sobre programas de software nas bibliotecas públicas para uso de deficientes visuais.	Ciro Nogueira	Acir Gurgacz	na CCJ
PLS 528/2015	Sobre a impressão de panfletos em braile em campanhas eleitorais	Romário	Ângela Portela	na CCJ
PLS 21/2016	Sobre contratos de relação de consumo em braile	Fernando Bezerra Coelho		em Plenário
PLS 50/2017	Regula profissão de transcritor e revisor em braile	Paulo Paim	Airton Sandoval	na CAS
PLS 110/2018	Sobre a oferta de informações em formato acessível	Eduardo Lopes	Romário	na CDH

especial e um estudo especial. Esses profissionais se prepararam ao longo da vida para atender as pessoas que são deficientes visuais e eles têm feito um trabalho magnífico. Acho mais do que justo entrar com um projeto para garantir de forma oficial que a profissão deles seja valorizada com a regulamentação — afirmou o senador.

Carga horária

O projeto ainda determina que a carga horária diária do transcritor e do revisor de textos em braile seja de 6 horas diárias e de 30 horas semanais, com intervalo de repouso de 10 minutos a cada 2 horas de trabalho. O texto diz que o empregador deve garantir a estrutura necessária para os profissionais, como acesso à

internet, às normas técnicas e a dicionários e outras obras necessárias.

A proposta está sob relatoria de Airton Sandoval (PMDB-SP), que emitiu parecer favorável, e será analisado em decisão terminativa pela CAS.

— A qualidade do ensino e dos trabalhos em braile são fundamentais para a formação dos leitores com deficiência visual. É preciso motivar, principalmente as crianças, nessas condições, para que desenvolvam o interesse e o gosto pelos textos em braile, sem os quais a formação e a emancipação delas se dará de forma parcial. Vivemos um momento em que o avanço das novas tecnologias precisa ser explorado para a difusão desse sistema de leitura, evitando que as facilidades das di-

fusões meramente sonoras substituam os conteúdos mais elaborados em braile — disse o senador.

Espaço em bibliotecas

Outro texto obriga que todas as bibliotecas públicas nas cidades com mais de 50 mil habitantes garantam atendimento especializado e reservem espaços exclusivos às pessoas com deficiência visual, contendo mesas, cadeiras e teclados específicos para seu uso. Deve-se facilitar o acesso dessas pessoas aos computadores, por meio da utilização de softwares específicos.

O projeto (PLS 138/2014) de Ciro Nogueira (PP-PI) já foi aprovado nas Comissões de Meio Ambiente (CMA), Transparência Fiscaliza-

ção e Controle (CTFC) e aguarda decisão final da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Há requerimento em Plenário para que o projeto tramite em conjunto com o Projeto de Lei do Senado 104/2011, sobre equipamentos de auto-atendimento adaptados em bancos.

Saiba mais

- Alfabeto em braile: bit.ly/AlfabetoBraile
- Estatuto da Pessoa com deficiência: bit.ly/EstatutoPcD
- Normas técnicas para a produção de textos em braile: bit.ly/NormasBraile
- Como ensinar matemática em braile: bit.ly/MatematicaBraile
- A inclusão de Alunos com Deficiência Visual no Âmbito Escolar: bit.ly/InclusaoBraile

JORNAL DO SENADO

Via N2, Bloco 11 do Senado Federal
CEP 70.165-920, Brasília - DF
www.senado.leg.br/jornal • jornal@senado.leg.br
Twitter: @SenadoFederal
facebook.com/SenadoFederal
Telefone: 0800 61 2211

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral:
Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Editor-chefe do **Jornal do Senado**: Marcio Maturana
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

ESPECIAL 10 ANOS DA EDIÇÃO EM BRAILE

Reportagem e edição: Pedro Pincer
Diagramação: Claudio Portella
Pesquisa de fotos: Braz Felix
Revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Tatiana Beltrão